

A leitura pública no Distrito de Setúbal

Caracterização e perspectivas

**Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas da
Associação de Municípios do Distrito de Setúbal**

1. Introdução

Nesta comunicação colectiva **A leitura pública no Distrito de Setúbal : caracterização e perspectivas**, é nosso objectivo destacar particularmente as acções desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho (GT) das Bibliotecas Públicas da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), devido ao facto de a maior parte do trabalho de cooperação até aqui realizado (que consideramos o aspecto mais característico da nossa intervenção distrital) se ter desenvolvido com base nesta estrutura e ainda pelas potencialidades que encerra em termos de futuro e que pretendemos continuar a explorar.

É óbvio que este é um ponto de vista que partilhamos com a administração da AMDS. Não queremos porém deixar de referir que para determinadas propostas específicas reconhecemos poder ser útil encararem-se hipóteses de cooperação em quadros interconcelhios que podem ser, para determinados objectivos, os mais desejáveis e aconselháveis, mesmo que dentro do quadro da AMDS.

O Distrito de Setúbal, com uma área de 5 152 Km² e uma população residente de cerca de 740 358 habitantes é constituído por treze concelhos, fazendo parte da AMDS 12 Câmaras Municipais. Tratando-se de um dos maiores distritos do país, é marcado por uma grande diversidade geográfica, socioeconómica e de desenvolvimento entre os vários concelhos, particularmente entre os que se localizam no eixo a norte e a sul de Setúbal.

Estas diferenças e o seu eventual carácter desagregador e negativo não foram entendidas pela AMDS como inibidoras de uma lógica de cooperação evidenciando-se o seu carácter desagregador e negativo; antes foram compreendidas no sentido de essa diversidade estimular práticas de coesão e cooperação, assimilando experiências distintas para benefício comum.

2. A rede de leitura pública no Distrito

A partir do tratamento de alguns dados obtidos num inquérito às bibliotecas públicas do Distrito recentemente elaborado pelo GT é possível ter uma panorâmica da situação actual da rede de leitura pública. Foram considerados os seguintes parâmetros: recursos físicos, de informação, humanos e financeiros, e ainda níveis de utilização dos serviços e actividades desenvolvidas.

Consideramos os resultados apresentados como sendo significativos, revelando globalmente o estado destes equipamentos, apesar de algumas (quatro) bibliotecas não terem respondido ao inquérito e haver algumas incompatibilidades e imprecisões nos dados obtidos.

Das treze Câmaras Municipais situadas na área do Distrito, dez têm contrato-programa com o IPLL, sendo excepção as Câmaras de Sesimbra Almada e Alcochete.

Dentre as bibliotecas a que estes contratos se referem, e de acordo com a tipologia do IPLL, 3 são BM2 (Barreiro, Moita e Seixal), 6 são BM1 (Alcácer do Sal, Sines, Setúbal, Grândola, Santiago do Cacém e Montijo) e 1 é BD (Palmela).

Abriram e estão a funcionar já em novos edifícios 3 bibliotecas (Barreiro, Grândola e Palmela) e o mesmo acontecerá com Setúbal ainda este ano. Outras 3 têm abertura prevista num futuro próximo: Seixal, Alcácer do Sal e Moita. Montijo, Santiago do Cacém e Sines têm também contrato-programa.

De destacar que algumas destas bibliotecas, particularmente as localizadas nos centros urbanos, mantêm mesmo antes da abertura dos edifícios centrais, e manterão posteriormente anexos em funcionamento. É o caso do Barreiro, Moita, Setúbal e Seixal.

Os fundos documentais textuais eram, em finais de 1991, constituídos por 163 168 monografias, a que corresponde uma taxa de cobertura média distrital de 220 monografias por mil habitantes; a taxa de actualização para o ano de 1991 foi de 33 monografias por mil habitantes. As bibliotecas do distrito disponibilizam igualmente uma média de 330 títulos de publicações periódicas correntes por cada biblioteca.

Actualmente a gestão e funcionamento dos serviços são assegurados por um total de 71 funcionários, sendo 9 técnicos superiores de biblioteca e documentação, 31 técnicos adjuntos e 31 técnicos com outras categorias e formações diversas.

Durante o ano transacto foram investidos aproximadamente 300 011 000\$00 em construção, equipamento e aquisição de recursos de informação, a que corresponde um investimento de 405\$00 por habitante. Para 1992, e com base em dados que foi possível obter, estes valores deverão aumentar substancialmente, uma vez que novos serviços entrarão em funcionamento.

No que diz respeito a horários de abertura ao público, sublinhe-se que as bibliotecas do Distrito estão abertas em média 45 horas por semana. Algumas praticam horários nocturnos (Barreiro e Seixal) e quase todas estão abertas uma parte do dia de Sábado, sendo de realçar que no Seixal há um serviço aberto ao Domingo.

O empréstimo domiciliário, um dos princípios básicos de funcionamento das bibliotecas públicas, registou um total de 112 808 monografias requisitadas em 1991, para um total de 47 648 utilizadores inscritos, a que corresponde uma taxa de cobertura de 64 inscritos por mil habitantes e de 152 documentos domiciliariamente requisitados por mil habitantes.

No que diz respeito a acções de animação, promoção e extensão, englobando aqui, conferências, exposições, encontros com autores, colóquios, feiras do livro, concursos, visitas de grupos escolares às bibliotecas, estágios de formação, iniciativas editoriais, bibliotecas estivais e de praia, apoio a bibliotecas escolares, empréstimos a escolas primárias e a centros da terceira idade, elas totalizaram 279 acções, constituindo-se como índices caracterizadores significativos das actividades que as bibliotecas do distrito propõem à população.

Estamos conscientes da modéstia relativa que estes números significam, sobretudo se tivéssemos de os comparar com padrões internacionais. Sublinhe-se, no entanto, que estes números são uma média distrital, e que a inexistência prática de uma biblioteca em funcionamento neste momento em alguns concelhos significa uma redução drástica em termos relativos. De facto, algumas bibliotecas, se consideradas individualmente apresentam parâmetros muito satisfatórios, largamente acima da média distrital, e ultrapassando mesmo em alguns aspectos referências estrangeiras; é o que se passa, por exemplo no que diz respeito ao número de horas de abertura.

Por outro lado, esta é a primeira vez que realizamos um estudo considerando estes parâmetros pelo que não nos é possível fazer comparações diacrónicas, o que seguramente acontecerá no futuro, podendo então ter uma ideia da evolução a nível distrital. Gostaríamos, entretanto, de ter números de outros distritos para podermos comparar, mas até ao momento eles não são do nosso conhecimento.

3. Actividades significativas do grupo de trabalho

O trabalho de cooperação entre as bibliotecas públicas do Distrito de Setúbal, no âmbito da AMDS, teve o seu início em 1983. Constituído uma experiência pioneira, contribuiu para tornar o Distrito de Setúbal numa das zonas do país onde a acção das bibliotecas públicas alcançou papel e interacção de relevo.

Durante os oito anos de existência do grupo, os bibliotecários e responsáveis por bibliotecas municipais tiveram a possibilidade de se reunirem periodicamente e com regularidade. Esta oportunidade de encontro seria, por si só, um factor bastante positivo, por institucionalizar uma prática de debate e discussão que acreditamos ser importante para a leitura pública da nossa região, e que, por diversas razões, é ainda insuficientemente explorada em grande parte do país.

A nossa actuação superou o objectivo atrás exposto, pois o entendimento da AMDS e dos técnicos que integram o GT foi de orientar também o trabalho e as acções a desenvolver para uma intervenção mais activa em duas vertentes:

1. incentivar a discussão e reflexão sobre problemas e objectivos das bibliotecas, bem como a troca de experiências sobre as actividades desenvolvidas em cada uma, procurando elaborar projectos e planos comuns nestes domínios;

2. promover a imagem da biblioteca pública enquanto instituição ao serviço da informação, da cultura e da educação das populações, divulgando os equipamentos e serviços existentes e realizando iniciativas conjuntas a nível distrital.

O GT produziu actividades concretas desde o início. Logo em 1983 procedeu-se ao levantamento e inventário das bibliotecas (municipais, escolares, de associações e colectividades, de organismos oficiais, de empresas, da Fundação Calouste Gulbenkian) e dos arquivos do Distrito, procurando com esta iniciativa fomentar a divulgação das bibliotecas e seus espólios bibliográficos racionalizando e potenciando equipamentos e meios disponíveis.

Deste trabalho resultaram as seguintes publicações: **Arquivos Históricos e Bibliotecas Municipais do Distrito de Setúbal : Contribuição para um Roteiro**, publicado em 1984, e **Bibliotecas e Arquivos Públicos e Particulares do Distrito de Setúbal : Contribuições para um Roteiro**, publicado em 1987.

Ainda com o objectivo de divulgar o património bibliográfico do Distrito, o GT levou a efeito um levantamento com base em monografias, publicações periódicas e outros documentos, de que resultou a edição da **Bibliografia Geral do Distrito de Setúbal**, obra de referência para o conhecimento da história, problemas e características dos vários concelhos do Distrito.

O GT, com o apoio da AMDS, do IPLL e da Região de Turismo de Setúbal / Costa Azul procedeu também à edição de vários materiais de divulgação: folhetos, cartazes e autocolantes.

A cooperação entre as bibliotecas públicas, desenvolvida no âmbito da AMDS, tem possibilitado um maior aproveitamento e rentabilização dos recursos, nomeadamente no que diz respeito às acções culturais e de animação. A realização de exposições destinadas à itinerância a nível distrital e até nacional é resultado desse trabalho de cooperação na produção, partilha e utilização dos recursos.

Um dos campos contemplados na realização dessas acções foi a divulgação da vida e obra de autores portugueses, de que resultou concretamente uma exposição sobre Aquilino Ribeiro por ocasião das comemorações do seu centenário.

Outro domínio de intervenção foi o da **Imprensa Operária e Sindical do Distrito de Setúbal**, tema importante de uma exposição, considerando as características históricas e sociais da região. Teve por objectivos o levantamento e inventário do património bibliográfico e sua posterior divulgação. Desta iniciativa resultou ainda a edição do respectivo catálogo com um texto introdutório de Vitor de Sá.

Procurando aliar características essencialmente pedagógicas e informativas foi também produzida a exposição **O Distrito de Setúbal e a Leitura Pública**. Esta exposição, constituída por três núcleos faz uma abordagem geral da história do livro e das bibliotecas, bem como a divulgação do trabalho realizado no domínio da leitura pública pelas câmaras e bibliotecas apresentando ainda os novos projectos para as bibliotecas do Distrito. Com esta exposição pretendeu-se divulgar não só o empenho e o investimento conjunto das autarquias e do IPLL mas também esclarecer as populações sobre a instituição biblioteca, alertando-as para os seus objectivos e recursos, e para as inovações que os equipamentos iriam propiciar.

Reconhecendo a importância da função social das bibliotecas públicas, a AMDS instituiu em 1985 o **Dia Distrital das Bibliotecas Públicas**, que ocorre a 9 de Dezembro, assinalando a inauguração da Biblioteca Municipal do Barreiro, em 1985, a primeira do Distrito a ser concebida e a funcionar de acordo com os princípios orientadores da leitura pública. Desde então, as comemorações deste dia têm constituído oportunidade para chamar a atenção da opinião pública para as funções e objectivos das bibliotecas públicas, divulgar o trabalho efectuado a nível concelhio e distrital. Simultaneamente, neste Dia são promovidos o debate entre profissionais de bibliotecas e outros agentes culturais, e a reflexão sobre aspectos relacionados com a natureza, organização e funcionamento destes equipamentos, a sua relação com as comunidades locais,

concretamente com as instituições formais de ensino. Parece-nos interessante que este tipo de iniciativas se multiplique pelo país, e aqui deixamos a sugestão para a institucionalização do **Dia Nacional das Bibliotecas Públicas**.

Sobre a **Função Social das Bibliotecas** tiveram lugar já dois encontros, em 1986 e 1989, respectivamente no Barreiro e em Palmela. Neles se fez o balanço do trabalho realizado e debateram-se temas como a gestão dos serviços, a informatização e a ligação biblioteca/escola. Antecessor destes encontros foi um seminário realizado em Setúbal com o apoio do então IPL, BAD e AMDS, em 1983.

Em 1992, sob o lema **Novas Bibliotecas Novos Serviços**, terá lugar o **Terceiro Encontro**. A temática a abordar será a das novas tecnologias da informação, a generalização e utilização dos suportes audiovisuais, e os novos serviços que os modernos equipamentos prevêem albergar e que correspondem a necessidades e expectativas das nossas comunidades. As novas bibliotecas impõem novos critérios de organização e funcionamento, e entendemos que estes temas deverão ser objecto de reflexão ampla pelos profissionais deste sector e outros agentes culturais e educativos, de forma a obterem-se propostas concretas e encontrarem-se processos mais adequados para a gestão de planos de acção comuns.

4. O Grupo de Trabalho e a rede nacional de leitura pública

O lançamento, em 1987, pela Secretaria de Estado da Cultura de um programa para apoiar a constituição de uma rede nacional de leitura pública veio contribuir decisivamente para a expansão dos serviços das bibliotecas no Distrito de Setúbal, pelos vultuosos investimentos que conduziu e fez conduzir para a construção, equipamento e apetrechamento físico e humano das bibliotecas.

Um outro aspecto extremamente positivo deste programa no que diz respeito ao nosso distrito, e que no nosso entender merece destaque (não obstante as proverbiais insuficiências e limitações nacionais para tudo o que envolve recursos financeiros), traduziu-se na sensibilização de muitos municípios para os problemas e importância da leitura pública. Iniciaram-se ou aprofundaram-se processos que resultam no propiciar de facto de condições técnicas e materiais para as autarquias avançarem com os seus projectos, no estabelecimento de um espírito de franca colaboração, garantindo o respeito pelas respectivas competências, transformando este programa num exemplo do que podem ser as relações entre poder central e poder local comprometidos num projecto comum e de envergadura nacional com base nos municípios.

Há ainda aspectos operacionais que o projecto enfatiza e que, apesar de reconhecidos, não eram infelizmente praticados em algumas bibliotecas municipais. Referimo-nos a pressupostos essenciais do funcionamento da leitura pública, como por exemplo o livre acesso, o empréstimo domiciliário, horários adequados e pessoal especializado.

Como já mencionámos, dos treze concelhos que compõem o distrito apenas três não têm ainda contrato-programa com o IPLL, verificando-se porém diferenças substanciais em termos dos estádios de execução e grau de cumprimento dos respectivos contratos-programa.

Consideramos que o programa da rede de leitura pública tem potencialidades de desenvolvimento, até porque as necessidades do país estão ainda longe de estarem satisfeitas, pelo que a sua continuidade e alargamento se justificam plenamente. Temos esperança que não só o Distrito de Setúbal venha a ficar na sua totalidade apetrechado com uma biblioteca em cada concelho e neles se desenvolvam redes concelhias de leitura pública, mas também que o mesmo ocorra em todo o país. Parece-nos porém oportuno reflectir melhor alguns aspectos do referido programa que em nosso entender merecem a atenção de todos os profissionais envolvidos, nomeadamente no que concerne à informatização das bibliotecas, introdução dos audiovisuais e funcionamento dos novos serviços.

Outra questão essencial diz respeito à dimensão dos serviços e a base institucional concelhia em que se inserem. Esta situação compromete a sua eficácia e limita as suas possibilidades. Alexander Wilson alertava já em 1983 para o facto de que (e passamos a citar):

"uma gama completa de modernas bibliotecas e serviços de informação só poderá ser fornecida a custos económicos (razoáveis, N. do T.) por sistemas de bibliotecas baseados num nível nacional ou estado/provincial". (1)

Compreendemos que a realidade administrativa do nosso país não apresentava grandes alternativas; os primeiros responsáveis pelo programa estavam conscientes desta dificuldade e procuraram ultrapassá-la com a criação de órgãos coordenadores regionais. Só que estes órgãos nunca foram postos em funcionamento e, no nosso distrito sentimos uma pulverização de serviços muito activos mas carentes de uma efectiva coordenação e de mais recursos que uma abrangência regional poderia permitir.

Contribuir para minorar esta lacuna tem sido nossa preocupação constante, conscientes, no entanto, de que este problema só se poderá resolver com a criação de estruturas dotadas de meios adequados, preferencialmente nos termos de uma efectiva descentralização, no quadro da tão falada mas não praticada regionalização. Neste domínio permitimo-nos chamar a atenção para o artigo "Bibliotecas públicas e regionalização" publicado no N. 5 da revista **Movimento Cultural**, propriedade e edição da AMDS.

Partindo do capital de experiência de cooperação interbibliotecas, este grupo está consciente dos novos desafios que agora se colocam e da necessidade de se perspectivarem acções tendentes a consolidar e efectivar a cooperação na partilha e melhor utilização dos recursos.

É para nós, e certamente para todos os presentes, fonte de contentamento e de estímulo assistirmos entretanto à criação de novas estruturas com objectivos semelhantes aos nossos como seja o projecto Bibliomedia.

5. Perspectivas de futuro

O aprofundamento da cooperação interbibliotecas poderá desenvolver-se em vários campos: selecção, aquisição, tratamento e empréstimo, produção de informação bibliográfica, formação contínua de quadros, avaliação dos serviços, acções de promoção e animação.

Algumas propostas podem concretizar-se nomeadamente em programas comuns de:

- * Especialização na aquisição de fundos bibliográficos;
- * Aquisição colectiva de recursos de informação;
- * Constituição de dossiers informativos sobre a produção editorial, instrumento essencial para a selecção de fundos;
- * Implantação de uma rede de empréstimo interbibliotecas, dotada de uma velocidade de resposta eficaz;
- * Manutenção de um catálogo colectivo, de forma a rentabilizar o trabalho técnico documental;
- * Produção e regular circulação de acções culturais e de animação;
- * Publicação de um boletim para divulgar, entre outras informações, as novas aquisições, a produção editorial, os movimentos de frequência das bibliotecas e outros dados de gestão (*dossier* já iniciado);
- * Elaboração regular de inquéritos que permitam actualizar alterações e aferir progressos realizados;
- * Revisão e actualização da Bibliografia Geral do Distrito;
- * Publicação de um roteiro actualizado que dê conta actualizada da situação nas bibliotecas públicas do distrito;
- * Integração e apoio a novos profissionais e a novas bibliotecas;
- * Acções de formação profissional;
- * Constituição de *dossiers* temáticos;
- * Acções colectivas no apoio ao funcionamento das bibliotecas escolares.

Muitas destas propostas são óbvias, reconhecidas e repetidamente afirmadas. Todavia, apesar de unanimemente acordarmos na sua importância e necessidade, na prática o que verificamos é que não são sistematica e regularmente desenvolvidas entre a maioria das bibliotecas portuguesas.

6. Conclusões

O trabalho de cooperação interbibliotecas levado a cabo pelo Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal tem tido um papel primordial no desenvolvimento da leitura pública que encontra neste distrito um dos seus pontos relevantes a nível nacional.

A população do Distrito é já servida por um número crescente e muito considerável de bibliotecas e de técnicos que gerem e disponibilizam recursos para percentagens significativas e cada vez maiores da população, devendo ser tido em atenção que na maior parte dos casos estes números partiram do quase nada há ainda bem pouco tempo. Estamos conscientes do real significado dos números presentes, do que mostram já realizado e das exigências que nos fazem para o futuro.

Na falta de órgãos regionais estruturantes de uma rede regional de leitura pública, este Grupo de Trabalho tem procurado desenvolver acções de coordenação e integração que se têm revelado de grande utilidade na optimização dos recursos existentes.

O seu papel e experiência não serão certamente considerados displicentes na abertura e preparação de caminhos para o funcionamento de uma futura estrutura regional.

A quantidade e a qualidade das acções já desenvolvidas, bem como os resultados obtidos são forte estímulo e pesada responsabilidade para o futuro. De facto, novos desafios se colocam constantemente e, num mundo em permanente mutação e de tão poucas certezas, a cooperação interbibliotecas afigura-se como um instrumento indispensável para a sobrevivência e desenvolvimento das nossas organizações e um precioso auxiliar para a concretização dos seus objectivos.

Nota

(1) WILSON, Alexander - "Planning for public library development". In PARKER, J. Stephen - *Aspects of library development planning*. London : Mansell, 1983, p. 127-143

QUADRO / SÍNTESE *

	ALCA	ALCO	ALMA	BARR	GRAN	MOIT	MONT	PALM	SANT	SEIX	SESI	SETU	SINE
Superf. Km2	1480	94	82	35	813	52	376	482	1059	82	206	198	199
Pop. resid. *	14391	10120	151278	86346	13749	65064	36304	43679	31545	116699	27525	104689	12322
Inauguração Ed. central	1993		1977	1985	1989	1993		1990		1993		1992	
Tipologia	BM1			BM2	BM1	BM2	BM1	BD	BM1	BM2		BM1	BM1
Area m2	596			2100	656	2100		312		2000		878	90
No. anexos				1		1				3		2	
Area anexos				100						940		256	
No. monogr.	8565		16000	30000	12171	11557		7227		45935		25350	6363
Cobertura**	595		105	347	885	177		165		393		242	516
Mon. 1991	373		500	10000	4259	295		1216		6289		1411	208
Actualiza**	26		3	116	312	5		28		54		13	17
Periódicos	700		15	250	82	150		35		793		89	857
Doc. AV	25		0	1000	200	149		506		278		0	0
Horários***	35		36	66	43	35		35		65		44	45
Categoria	Ser.		Div.	Div.	Ser.	Ser.		Ser.		Div.		Ser.	Ser.
Tot. Téc.	3		6	15	5	5		6		14		12	4
TSupBiDoc	0		1	2	1	1		1		1		2	0
TAdjBiDoc	2		2	6	3	3		4		6		4	1
Util. insc.	1215		2500	23000	1806	2021		1300		12473		1220	2113
Cobertura**	84		16	266	131	31		29		107		12	171
Emp. Domic.	1550		3600	22804	9521	23352		9646		26454		14027	1854
E. Dom. **	108		24	264	692	359		413		227		134	150
Cons. local	1050		60800			2979		8390		23579		10066	5509
ED+CL	2600		64400			26331		18036		50033		24093	7363
Actividades	16		19	38	11	65		38		63		269	15
Investimen*	NI		NI	111962	4000	101580		2500		52773		27196	NI
\$/habit.				1297	291	1561		57		452		260	

* Dados de 1991 ** por mil habitantes *** Média horária semanal

ALCA = Alcácer do sal; ALCO = Alcochete; ALMA = Almada; BARR = Barreiro; GRAN = Grândola; MOIT = Moita; MONT = Montijo; PALM = Palmela; SANT = Santiago do Cacém; SEIX = Seixal; SESI = Sesimbra; SETU = Setúbal; SINE = Sines